



**PROJETO PILOTO- UM COMPUTADOR POR ALUNO (UCA)
BARRA DOS COQUEIROS: CIDADE NA ERA DA INCLUSÃO DIGITAL**

Soraya Cristina Pacheco e Meneses
Simone de Lucena Ferreira
Universidade Tiradentes

RESUMO

Esse artigo tem por finalidade discutir as implicações, na visão do gestor educacional, do Projeto Um Computador Por Aluno (PROUCA), promovido pelo Governo Federal, em sua fase de implementação na cidade de Barra dos Coqueiros, no estado de Sergipe. Foi realizada uma revisão bibliográfica, onde constatei que o programa não alcançou ainda objetivos básicos como envolvimento efetivo da gestão das escolas, dentro de uma visão participativa na organização do trabalho pedagógico inserindo a utilização das TIC como recurso didático, e que isso também é reflexo da falta de infraestrutura das escolas para efetivarem o programa, e da dificuldade dos docentes em incorporar essa nova dinâmica escolar.

Palavras-chave: Educação- inclusão digital-gestão educacional.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças que ocorrem no mundo por meio da evolução tecnológica nos meios de produção e das comunicações representam uma grande mudança na sociedade, e em especial na educação, onde se exige da escola mudanças paradigmáticas no seu fazer pedagógico com a chegada dos computadores, acontecendo por meio de políticas públicas de inclusão digital, compreendida, conforme SAMPAIO (2001), como o direito de acesso ao mundo digital para o desenvolvimento intelectual (educação, geração de conhecimento, participação e criação) e para o desenvolvimento de capacidade técnica e operacional, e reforçando esse conceito, DEMOLY, WISNIEVSKY e EDER (2005, p.177) dizem que a inclusão digital tem sido anunciada como a maior prioridade entre as políticas públicas com as metas de prover por meio da universalização do acesso a serviços oferecidos pela internet, fomentar a criação de uma sociedade digital e criar condições de empregabilidade.

A ampliação e generalização dessa inclusão é um fator relevante pela necessidade premente de preparar os alunos como usuários qualificados dos computadores e também, adequar o sistema escolar às novas demandas educacionais geradas pela evolução das tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Segundo VIEIRA, ALMEIDA, ALONSO (2003, p.11),

Nessa perspectiva, a tecnologia assume o papel de ferramenta de comunicação e busca de informações e, sobretudo, de instrumento que induz a uma nova relação com o conhecimento devido a suas características de registro, recuperação e atualização instantânea de informações, acesso á base de dados multimidiáticos disponíveis na internet, comunicação multidirecional, representação do conhecimento em textos ou hipertextos e desenvolvimento de produções colaborativas.

Então compreendo que a apropriação da tecnologia na prática pedagógica, é fator decisivo para a inserção da escola nesse novo mundo, para um direcionamento pedagógico da utilização das diversas possibilidades advindas do seu uso que devem fazer parte de todo universo escolar.

Nessa dimensão política e econômica onde vivenciamos o neoliberalismo, que objetiva entre outras coisas a não intervenção do Estado no que abrange as condições básicas para a população, o que engloba a educação, como fala BARROSO (2005, p.741)

No domínio da educação, a influência das ideias neoliberais fez-se sentir que por meio de múltiplas reformas estruturais, de dimensão e amplitude diferentes, destinadas a reduzir a intervenção do Estado na previsão e administração do serviço educativo, que por meio de retóricas discursivas de críticas ao serviço publico estatal e de “encorajamento” do mercado.

A educação, pode ser entendida nesse contexto como algo que deve ser concedido a quem tiver meios para assegurá-la, não como direito de todos. Sobre esse aspecto, Gentili(1996, p.20-21). comenta:

[...] A grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É neste quadro que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta por conquistar (comprar) propriedades-mercadorias de

diversa índole, sendo a educação uma delas. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, o empreendedor, o consumidor.

Então, a educação passa a ser vista como um bem de consumo. Entendo então, que no neoliberalismo a educação não visa somente a formação para o mercado de trabalho, mas se transforma também em um mercado.

Mas hoje, percebo que o governo brasileiro procura se consolidar mesclando essas políticas neoliberais com as políticas sociais compensatórias, se colocando como um governo "social-liberal", redistribuindo a renda superficialmente, isto é, sem mexer nas raízes da concentração de renda ganhando base social entre trabalhadores, ampliando o mercado consumidor brasileiro, dinamizando e expandindo a economia brasileira e, por conseguinte, a educação.

É imprescindível então, nesse contexto, que façamos uma reinterpretação do papel social que se impõe à escola, pautado numa gestão educacional associada a idéias globalizantes, que evidencie sua dimensão política e social, nos avanços tecnológicos, ou seja, que acompanhe a evolução e as novas exigências da sociedade, por meio desse processo de apropriação da tecnologia em benefício da aprendizagem e inclusão educacional.

Acredito que o papel do gestor escola, nesse momento, deve ser de buscar essa mudança de paradigma, por meio de uma participação mais efetiva da comunidade escolar, para promoverem um plano de ação que vise o desenvolvimento da escola. LUCK (1998, p. 19), comenta sobre a gestão participativa:

No final da década de 1970, os educadores e pesquisadores de todo o mundo começaram a prestar mais atenção ao impacto da gestão participativa na eficácia das escolas como organizações. Ao observarem que é possível para o diretor solucionar sozinho todos os problemas e questões relativas à sua escola, adotaram a abordagem participativa fundada no princípio de que, para a organização ter sucesso é necessário que os diretores busquem o conhecimento específico e a experiência dos seus companheiros de trabalho. Os diretores participativos baseiam-se no conceito de autoridade compartilhada, por meio da qual o poder é delegado a representantes da comunidade escolar e a responsabilidade é assumida em conjunto.

Neste cenário, os projetos e programas educacionais instituídos pelo Governo Federal, e nos referindo aqui especificamente aos programas de inclusão digital, inserção das tecnologias da informação e comunicação (TIC) no âmbito escolar, prevêm uma educação

diferenciada, mas tem limites impostos pelas políticas neoliberais, que dificultam sua implementação em sua totalidade.

Na década de 1980, surgem vários programas de incentivo à utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nas escolas, programas esses que privilegiaram inicialmente a formação de professores, baseados numa idéia de que bastaria que o professor se apropriasse de seu uso pedagógico, para que a escola avançasse nessa nova dimensão social de inclusão digital. Mas observo que a escola ainda precisa de um redimensionamento, uma mudança de práxis, não só do professor, mas de todos os que nela atuam, para que alcance os resultados desejados, conforme fala Alonso (2007, p.26)

A função social da escola ganhou novas dimensões, para além da sala de aula e/ou dos muros da escola, portanto, ela terá de se abrir para o mundo real e reinterpretar o seu papel dentro do social. Da mesma forma, é fundamental que ela esteja atenta às mudanças e aos avanços tecnológicos, a fim de se beneficiar deles, trazendo pra si novas propostas de ação que favoreçam o desenvolvimento do professor e a aprendizagem do aluno, para colocá-los em sintonia com o momento atual.

Como exemplo da efetivação desse processo de inclusão tecnológica, baseada nas informações do blog.planalto.gov.br, cito o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), que instalou laboratórios de informática em escolas públicas urbanas e rurais e o Programa Banda Larga nas Escolas, que disponibilizou conexão à internet em banda larga para os estabelecimentos educacionais. Para estender o acesso aos professores e às famílias dos alunos, foi lançado então o programa Um Computador por Aluno (Prouca), Em continuidade, há ainda o Projeto Cidadão Conectado – Um Computador para Todos, dirigido aos professores do ensino continuado das instituições credenciadas no Ministério da Educação. São mais computadores portáteis a um custo abaixo do praticado no mercado.

Dentre os programas de inclusão digital implantado desde então, destaco aqui Programa Um computador por Aluno (PROUCA).

No Brasil, o Programa foi criado a partir da Lei nº_12.249, de 10 de junho de 2010, cujo objetivo e apresentado em seu art. 7º:

O PROUCA tem o objetivo de promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador (software) neles

instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento.

O PROUCA tem como finalidade principal a promoção da inclusão digital, por meio da distribuição de um (01) computador portátil (*laptop*) para cada estudante e professor de Educação básica em escolas públicas.

Esse artigo tem por finalidade discutir as implicações, na visão do gestor educacional, do Projeto Um Computador Por Aluno (PROUCA), promovido pelo Governo Federal, em sua fase de implementação na cidade de Barra dos Coqueiros, no estado de Sergipe. A abordagem metodológica desse estudo é bibliográfica, utilizando como procedimento metodológico a avaliação dos relatórios oficiais do PROUCA, elaborados pela equipe de pesquisadores e coordenadores responsáveis pela avaliação os experimentos do UCA, tendo como objeto, as escolas que participam do PROUCA, que nessa fase de implementação é denominado UCA TOTAL.

A partir da análise desses relatórios oficiais, espero obter subsídios para compreender como está sendo a implementação do projeto nessa comunidade, enfocando especialmente o papel do gestor educacional como fomentador dessa política de inclusão digital.

2 TECNOLOGIAS NA FORMAÇÃO E NA GESTÃO EDUCACIONAL

A grande revolução do conhecimento vivida nos dias de hoje, impulsionada pela tecnologia que permeia quase todas as nossas ações, tem trazido mudanças profundas nas relações sociais, incluindo aí, as relações no âmbito educacional. Segundo Vallin e Rubin (2007, p.86),

Na década de 1980, iniciativas nacionais introduziram computadores nas escolas para uso dos alunos, o que, em pouco tempo demandou políticas de formação de professores para seu uso pedagógico, e a estruturação de núcleos estaduais e/ou municipais que cuidassem do processo de implementação e manutenção do processo de informatização das escolas públicas brasileiras

É imprescindível que conceitue inicialmente o que entendo por tecnologia, num ambiente educacional, qual sentido estamos nos referindo. Para Moran (2003, p. 153)

Quando falamos em tecnologias costumamos pensar imediatamente em computadores, vídeo, *softwares* e internet. (...) Mas o conceito de tecnologia é muito mais abrangente. Tecnologias são os meios, os apoios, as ferramentas que utilizamos para que os alunos aprendam. A forma como nos organizamos em grupos, em salas, em outros espaços: isso também é tecnologia. O giz que escreve na lousa é tecnologia de comunicação, e uma boa organização da escrita facilita – e muito – a aprendizagem. (...) O livro, a revista e o jornal são tecnologias fundamentais para a gestão e para a aprendizagem, e ainda não sabemos utilizá-la adequadamente. O gravador, o retroprojetor, a televisão, o vídeo também são tecnologias importantes. (...)

Posso então dizer que a escola, em geral, tem acesso a várias tecnologias, além do computador em si, que necessitam ser mais exploradas, e que a sua informatização, no geral, já é uma realidade, mas necessita ainda de grandes transformações conceituais e adequações para que seja utilizada com produtividade.

Se não houver um trabalho conjunto, será difícil caminharmos para uma educação do futuro, ficando apenas no uso do computador como “uma tarefa a mais” para o professor, desvinculada do processo educacional como um todo. Devemos repensar o papel social que a escola abrange hoje, é preciso ampliar a visão sobre a situação de ensino e perceber que existem na escola outros agentes. O professor não é responsável sozinho pelos resultados pedagógicos da escola.

Chamo a atenção então, dentro do contexto social neoliberal já explicitado anteriormente, que o conhecimento não é mais estático, pelo contrário é muito dinâmico, o acesso á informação é veloz e a escola necessita redefinir seu papel nesse movimento transformador, que exige a formação de pessoas criativas com bom potencial cognitivo, também pensando nas exigências atuais do mercado de trabalho. Então acreditamos que a definição da função do gestor educacional é o ponto de partida para iniciar essa estruturação do sistema escolar, numa visão globalizadora.

O gestor educacional não participou diretamente no processo inicial que introduziu a tecnologia na escola, o que impossibilitou que o mesmo compreendesse sua importância e incorporasse com mais facilidade o uso do mesmo no dia a dia da escola. Conforme afirma Alonso (2007, p.56)

O gestor terá de se adaptar a novas funções e assumir o papel de facilitador do processo. É preciso que tenha clara uma nova concepção de gestão, que consiga de fato, exercer este papel sem fazer distinção entre as tarefas administrativas, e as pedagógicas, que saiba dividir as responsabilidades

entre os grupos que concebem que planejam, e os que executam, atribuindo a todos, sem diferenças, o sucesso ou o fracasso obtido nos resultados finais.

Então é preciso que seja incorporada essa nova visão de gestão, onde a toda a comunidade escolar e responsável pelo processo e resultados obtidos na escola. Corroborando esse pensamento, diz TENÓRIO (2000, p. 191):

A conseqüência da interação entre a evolução científica, a globalização da economia e a valorização da cidadania é a promoção de um novo paradigma da organização da produção e do trabalho, exige das empresas um comportamento diferente daquele preconizado até então. Da especialização do trabalhador (Taylorismo) à qualificação versátil; da produção em massa (Fordismo), às organizações que devem atuar em função das demandas diversificadas do mercado; da gestão tecnoburocrática a um gerenciamento implementado em “espaços privados” para um gerenciamento em “espaços públicos”.

Entendo que o modelo de gestão funcionalista, num enfoque da administração científica, onde tanto a organização quanto as pessoas que nela atuam, são consideradas como componentes de uma máquina manejada e controlada de fora para dentro, e os problemas recorrentes seriam encarados como problema de insumo, não considera o seu processo e dinamização social, não cabe mais na atualidade apesar de ainda estar arraigado na cultura social e, conseqüentemente, escolar, e é um processo difícil de transcender, pois envolve mudanças de valores construídos.

A gestão educacional então surge com um enfoque orientador de ação diretiva executada na organização de ensino, para representar um novo paradigma, estabelecer uma orientação transformadora, desenvolve-se associada a outras idéias globalizantes e dinâmicas em educação, destacando sua dimensão política e social ação para a transformação da práxis, ou seja, incita relações dinâmicas no contexto escolar, interna e externamente. Essas mudanças conceituais abrangem efetivamente: a democratização dos processos que determinam os destinos do estabelecimento de ensino por meio do seu projeto político pedagógico; a dinamização das relações interpessoais, compreendendo que a escola é um organismo vivo e mudanças nos processos pedagógicos que envolvem alterações nas relações sociais da organização escolar.

É compreendendo a escola dentro dessa dinâmica, pautada nessa crescente inserção da tecnologia por meio de vários programas do Governo Federal, que tem como objetivo relevante, a necessidade de formar alunos, usuários qualificados dos computadores e adequar

o sistema escolar às suas necessidades socioprodutivas, como já explicitado antes, que irei explorar o Projeto Um Computador por Aluno (PROUCA).

3 PROJETO UCA

O PROUCA é a versão brasileira do Programa OLPC (One Laptop Per Child). Esse programa foi desenvolvido por pesquisadores do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) - um dos centros de ensino e pesquisa mais importantes do mundo na área de engenharia e tecnologia - com o objetivo é possibilitar o acesso dos estudantes ao mundo digital e foi apresentado ao governo brasileiro no Fórum Econômico Mundial em Davos - Suíça, em janeiro de 2005.

O PROUCA é iniciativa da Presidência da República promovida, estruturada e coordenada em conjunto com o Ministério da Educação (MEC), de modo a se integrar aos planos e projetos educativos de tecnologia educacional e suas ações estão inseridas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e integram o PROINFO.

O modelo tecnológico do *laptop* inclui: mobilidade, com o uso dentro e fora da escola ampliando os tempos e espaços de aprendizagem e construção de conhecimento. Integração das mídias; conectividade sem fio; imersão na cultura digital pedagógica. E possui como características físicas: tela de cristal líquido de sete polegadas; capacidade de armazenamento de quatro (04) *gigabytes*; 512 megabytes de memória; bateria com autonomia mínima de três horas e peso de 1,5 kg

O referido *laptop* criado para atender ao Projeto, já vem adaptado com dispositivos de segurança que inviabilizam a utilização do equipamento após um determinado prazo sem a conexão com a rede física da escola, e também traz um bloqueio do sistema operacional para acesso a páginas de conteúdos inadequados à proposta educacional do Projeto.

3.1 Projeto PRÉ-PILOTO

O projeto PROUCA, teve sua fase Pré-Piloto, implantado no ano de 2007, em cinco escolas brasileiras, com o objetivo de avaliar o uso de computadores pelos alunos em sala de aula. Nesta fase experimental, 150 mil *laptops* foram distribuídos em cinco estados do país onde pudessem ser analisados e experimentados em escolas e, através desses experimentos,

fosse possível definir usos pedagógicos adequados às possibilidades que as ferramentas do computador oferece.

As escolas selecionadas nesta fase foram: Centro de Ensino Fundamental 1 – Vila Planalto – Brasília-DF; Colégio estadual Dom Alano Marle Du Norday-Palmas-TO; Escola Municipal Profa. Rosa da Conceição Guedes- Piraí-RJ; Escola Estadual de Ensino Fundamental Luciana de Abreu-Porto Alegre-RS; Escola Municipal de Ensino Fundamental Ernani Silva Bruno - São Paulo-SP.

De acordo com o relatório de sistematização I – Síntese das avaliações dos experimentos PROUCA iniciais, (2010, p.56-57), com o Pré-Projeto foi possível avaliar o impacto do PROUCA no cotidiano escolar partindo dos seguintes instrumentos: entrevistas individuais e em pequenos grupos de professores e alunos; reuniões gravadas; observação em sala de aula; registros em fotos e vídeos; anotações periódicas em relatórios.

Essas avaliações se basearam em parâmetros de aceitação e assimilação do uso dos equipamentos; aceitação e apropriação do uso da tecnologia na escola; facilidade de uso percebida; intenção de usar o equipamento; dissociação temporal (se o tempo parece maior ou mais curto nas atividades); envolvimento; maior prazer proporcionado pelo uso dos equipamentos; atualidade dos dados disponíveis nos recursos utilizados; exatidão dos dados; nível de detalhamento dos dados; facilidade de localização dos dados; autorização para acesso dos dados.

Tomando por base as leituras realizadas acerca do projeto Pré-Piloto, pode-se perceber que nas cinco escolas apresentadas houve a aceitação, como também o envolvimento daqueles que fizeram parte dessa 1ª fase do Projeto. Também foi possível perceber que essas instituições foram escolhidas para iniciar o projeto por já utilizarem o computador como ferramenta pedagógica, em sala de informática, por meio de outros programas do governo.

No relatório de Sistematização II, foram dadas as orientações aos gestores para o plano de expansão do projeto, definindo qual o seu papel nessa fase de implementação. Em síntese, são: 1-analisar o cenário atual da escola antes de decidir o modelo de implementação do UCA; 2- promover o engajamento com a comunidade; 3- orientar e sensibilizar os professores para as mudanças de paradigmas, pois surge, com a inclusão digital, um novo movimento na escola, onde os espaços escolares são extensão da sala de aula, e também, a inserção da escola nesse projeto suscita um envolvimento no seu Projeto Político Pedagógico, que deverá vislumbrar uma aprendizagem na ação com os professores, a apropriação tecnológica e planos de aula interativos.

O referido relatório, também oferece algumas recomendações de atribuição aos gestores educacionais, como: escutar as dificuldades e as conquistas do corpo docente e discente; organizar a documentação escolar, para que possa facilitar o processo de avaliação; dialogar com as Secretarias de Educação e formar parcerias com a comunidade escolar; se conscientizar da necessidade de planejamento da prática pedagógica, enfocando a interdisciplinaridade; mobilizar os alunos para participar ativamente no processo de aprendizagem, com uso da nova ferramenta e mapear o tempo de desenvolvimento de trabalho da equipe docente, observando se há clareza de suas atribuições, responsabilidades e funções.

Conforme o Relatório de Sistematização III (p 82-99), que teve como objetivo, servir como guia de implementação, monitoramento e avaliação de projetos UCA, partindo das experiências das escolas participantes dessa 1ª fase, destacamos as principais necessidades observadas, na percepção dos gestores educacionais, visando contribuir para uma melhor adequação do projeto, em sua fase de implementação.

1. Ambiente escolar: necessidade de preparação do ambiente escola para a recepção do projeto; adequação da sala de aula, com carteiras adequadas para o uso do equipamento e local para armazenamento dos laptops.
2. Infraestrutura: adequação das tomadas nas salas de aula; redefinição da rede elétrica para permitir cargas de baterias simultâneas dos laptops; infraestrutura de rede, para garantir velocidade de acesso; definir com antecedência a política de acesso à rede sem fio, em relação ao controle de acesso a conteúdos e discutir forma de entrega e uso dos equipamentos.
3. Armazenamento e segurança: escolha de um mobiliário ou lugar reservado para o carregamento das baterias, com segurança e definir o responsável para acesso ao local.
4. Monitoramento: Uso da rede implantada na escola; quantidade de equipamentos com defeito; equipamentos extraviados e questões de segurança.

No que tange à avaliação, os gestores educacionais das escolas que fazem parte do projeto piloto, deverão definir com antecedência os objetivos que irão ser avaliados e os indicadores que permitirão medi-los, e também deixar claro os objetivos dessa avaliação, como: A melhoria do aprendizado; a inclusão digital e a melhoria na confiança do aluno, independência e socialização.

3.2. Projeto PILOTO

Em 2010, o PROUCA entrou em sua fase de implementação, abrangendo cerca de 300 escolas públicas pertencentes às redes de ensino estaduais e municipais, distribuídas em todas as unidades da federação e selecionadas mediante critérios acordados com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC) e a Presidência da República. Segundo informações contidas no site do projeto, a formação dos docentes para atuar no programa se dará em três etapas envolvendo as escolas participantes, as universidades (IES), Secretarias de Educação (SE) e os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE). Terá caráter semipresencial, dividido em módulos, abrangendo as dimensões teórica, tecnológica e pedagógica.

Além da formação, o PROUCA também conta com ações dedicadas a avaliar a execução dos pilotos. O processo prevê uma avaliação diagnóstica antes da implementação dos pilotos, avaliação formativa durante sua execução e uma avaliação de impacto, e ações de monitoramento que irão envolver dois componentes principais: um conjunto de instrumentais de monitoria e uma sala de monitoramento, com pessoal capacitado para acompanhar o andamento do projeto.

Os critérios utilizados foram: cada escola deveria ter em torno de 500 (quinhentos) alunos e professores; as escolas deveriam possuir, obrigatoriamente, energia elétrica para carregamento dos laptops e armários para armazenamento dos equipamentos. Preferencialmente, deveriam ser pré-selecionadas escolas com proximidade a Núcleos de Tecnologias Educacionais - NTE - ou similares, Instituições de Educação Superior pública ou Escolas Técnicas Federais. Pelo menos uma das escolas deverá estar localizada na capital do estado e uma na zona rural;

As Secretarias de Educação Estaduais ou Municipais de cada uma das escolas selecionadas deveriam aderir ao projeto através do envio de ofício ao Ministério da Educação (MEC) e assinatura de Termo de Adesão, no qual se manifesta solidariamente responsável e comprometida com o projeto e também um ofício, onde o (a) diretor (a) da escola, com a anuência do corpo docente, aprova a participação da escola no projeto.

3.3 PROUCA em Sergipe

No Estado de Sergipe, conforme dados extraídos do site de notícias da Secretaria de Estado da educação (SEED), o processo de implantação do programa teve início a partir do

município da Barra dos Coqueiros, com o modelo – UCA TOTAL, onde a rede de internet é aberta, abrangendo todo o município. Foi distribuído cerca de quatro mil laptops a todos os alunos e professores da rede pública (estadual e municipal). O município foi escolhido para sediar o programa em Sergipe por atender às condições necessárias determinadas pelo Ministério da Educação, como: aproximadamente três mil alunos em toda a rede pública, espaço físico adequado e viabilidade técnica

O Relatório de Avaliação de Impacto do Estágio de Implementação do Projeto UCATOTAL (p. 82-99), disponibilizado no site do Projeto UCA em dezembro de 2010, destaca os primeiros resultados alcançados pelo programa.

A cidade de Barra dos Coqueiros, situada próximo à capital, tem características bem peculiares, devido a sua geografia, uma península, que só há poucos anos tem acesso facilitado pela construção de uma ponte interligando-a a capital. Esse fator geográfico, de certa forma, contribuiu para seu lento desenvolvimento, sendo composta sua população em geral, por pescadores e pequenos produtores rurais, apesar de receber *royalties* da exploração de petróleo em sua costa, ter um porto comercial privado e algumas empresas de porte. A cidade já contava com internet banda larga quando da chegada do Projeto UCA TOTAL, mas que era utilizada, principalmente pelas empresas e instituições e para a pequena classe média da cidade.

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação (SEED), providenciou toda a infraestrutura e segurança nas escolas para que o projeto pudesse ser efetivado. No âmbito estadual, o Projeto UCA TOTAL, é coordenado pela Secretaria de Estado da educação, tendo como gestor direto a Coordenadoria de Informática (CODIM), e no âmbito municipal, a gestão é realizada pela Secretaria Municipal de Educação da Barra dos Coqueiros. (SEMED). A Universidade Federal de Sergipe (UFS), por meio de um grupo de professores do Departamento de Educação, é responsável pela formação de professores.

A chegada do Projeto mudou essa situação, já que o município se transformou em cidade digital, com acesso público e gratuito à internet. Então, famílias de baixa renda, que não tinham acesso ao computador e muito menos à internet, se viu incluída no mudo digital, por meio do laptop que o filho recebeu, e o sinal de acesso gratuito à internet. O governo de Sergipe, em parceria com a empresa OI, fizeram a instalação de pontos de internet gratuita em quatro praças públicas, e havia a previsão até 15 de dezembro de 2010, da instalação de mais 15 novos pontos, e a rede de acesso ser ampliada de 2 MB para 10MB. Isso configura a

inclusão digital e conseqüentemente social, efetivamente, a escola inserida na comunidade. Objetivo ainda não alcançado.

Os computadores foram distribuídos em todas as escolas, estaduais e municipais, aos alunos e professores. Em decisão conjunta, todas as escolas optaram pela autorização do aluno levar o laptop para casa, mediante termo de responsabilidade, assinado pelos pais. Foi decidido também, que eles deveriam trazer as baterias carregadas de casa, pois a escola ainda não tem adequação elétrica para comportar tamanha demanda. Quanto ao uso do *laptop* em sala de aula, as escolas organizaram um revezamento entre as turmas, onde cada uma o utiliza duas vezes por semana, pois o acesso à internet, de todos ao mesmo tempo, ainda não é possível.

3.3.2 A Implementação do PROUCA

Segundo o Relatório III Estágio de Implementação do Projeto UCATOTAL (p. 93). Um dos maiores problemas surgidos no processo de implantação do projeto, refere-se manutenção dos laptops, como problemas de software, com bloqueios de sistema, bugs, que podem ser resolvidos por um técnico local. Outros de hardware, como defeito em carregadores, teclas do laptop se soltando, quebras de tela de LCD, demandando manutenção mais especializada e em muitos casos, acionamento da garantia dos aparelhos. Há muito atraso no atendimento às demandas da escola nesse aspecto, segundo os diretores das escolas. O técnico da SEED é quem está dando suporte a todas as escolas das redes estaduais e municipais, já que o município não tem pessoal qualificado para tal, situação que necessita de resolução urgente por parte do município. Quanto à garantia dos computadores, a CODIM/SEED, já está recolhendo os computadores com defeito, para enviá-los à CCE, fabricante do produto.

Quanto à infraestrutura, segundo o Relatório de Avaliação de Impacto do Estágio de Implementação do Projeto UCATOTAL (p. 95), em novembro de 2010, pudemos perceber que as escolas estaduais conseguiram fazer a instalação de rede lógica e antena além de adequar o espaço físico, colocando mais tomadas apesar de sempre orientarem aos alunos a levarem seus *laptops* carregados, como já frizamos anteriormente, mas não adequaram o mobiliário necessário, como carteiras e armários, que é justificado pela SEED, como falta de recursos financeiros. Já as escolas municipais têm uma situação mais precária, que não conseguiram adequar o espaço físico, e muito menos adquirir mobiliário necessário, principalmente as duas escolas municipais rurais, que nem sequer tem o sinal de internet. Já sobre a capacitação de professores, pudemos observar no Relatório de Avaliação de Impacto

do Estágio de Implementação do Projeto UCATOTAL (p. 97) que todas as escolas só participaram do módulo presencial.

Dois fatores agravantes para a não participação do módulo à distância, relatados pelos professores são: falta de acesso à internet em seus domicílios e dificuldade de tempo disponível para acessar o curso na escola, e a diversidade de níveis de conhecimentos em informática, por parte dos professores e diretores. Esses fatores necessitam de uma atenção especial, para que se tenham melhores resultados. A gestão da escola, nesse aspecto ainda não conseguiu administrar esses impasses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se ao longo da pesquisa que a intenção da política governamental de inclusão digital é realmente séria e apresenta caráter democrático, entretanto é preciso que haja a conscientização de todos os atores envolvidos, governo Estadual e Municipal, por meio de suas Secretarias de Educação, comunidade escolar, para que realmente os objetivos do PROUCA sejam alcançados, uma vez que o processo de virtualização da informação e do conhecimento é um processo dinâmico e, em constantes transformações.

Posso concluir que mesmo compreendendo que programa está ainda em processo de implementação, não alcançou objetivos básicos como envolvimento efetivo da gestão das escolas, dentro de uma visão participativa na organização do trabalho pedagógico inserindo a utilização das TIC como recurso didático, e que isso também é reflexo da falta de infraestrutura das escolas para efetivarem o programa, e da dificuldade dos docentes em incorporar essa nova dinâmica escolar.

Defendo que escola deve sofrer transformações profundas para que se torne um lugar de aprendizagem apesar do contexto neoliberal onde a tecnologia é um dos instrumentos primordiais para propiciar essa mudança, com formas de gestão menos centralizadas, mais flexíveis; articulando o administrativo com o pedagógico, possibilitando esse processo de comunicação interno e externo a partir da facilidade de acesso à internet para o professor, em casa e na escola, encontrar novos caminhos que possam integrar o humano e o tecnológico permitindo a gestão do conhecimento produzido pela escola.

O que se percebe na conjuntura de implantação de projetos educacionais é que há uma política que impulsiona e, ao mesmo tempo, requer resultados dos investimentos empregados, ou seja, a qualificação do educando numa era em o processo de virtualização, digitalização, informação e conhecimentos são elementos de primeira ordem nas políticas de

desenvolvimento de uma nação, objetivos que norteiam as políticas de incorporação das tecnologias às práticas educativas.

Há sim, uma evolução efetiva no entendimento e uso das TIC, por parte do corpo discente, o que era de se esperar, mas em relação à gestão e ao corpo docente suscita discussões mais aprofundadas.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, João. **O Estado, a Educação e a Regulação das políticas públicas**. Revista Educação e Sociedade: Campinas, vol. 26, n.92, p. 725-751, especial - Out.2005. Disponível em <<http://cedes.unicamp.br>>. Acesso em 23 de mar. de 2011.
- DEMOLY, WISNIEVSKY, EDER, Karla, Larry Antonio, Odailson. **A inclusão no uso de múltiplas mídias em uma perspectiva semiótica: uma experiência de formação de educadores**. In Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas. PELLANDA, SCHLUNZEN, SCHLUNZEN JÚNIOR, Nielze, Maria campos, Elisa Tomoe Moriya, Klaus. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.163-192.
- GENTILI, P & SILVA, T. T. da (orgs.). Escola S.A. **Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996, p. 20-21.
- LUCK ET AL, Heloísa. **A escola participativa e o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: P&A, 1998.
- MORAN, J.M. **Gestão Inovadora com Tecnologias**. In: Gestão Educacional e Tecnologia. VIEIRA, ALMEIDA E ALONSO, Alexandre Thomaz, Maria Elisabeth Bianconcini, Myrtes (org). São Paulo: Avercamp, 2003.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Flexibilização organizacional, mito ou realidade?** Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- VALIN, RUBIM, Celso, Ligia Cristina Bada. **Articulação Administrativa e Pedagógica na gestão escolar com o uso de Tecnologias**. In: Tecnologias na Formação e na Gestão Educacional. ALMEIDA E ALONSO, Maria Elisabeth Bianconcini, Myrtes (org). São Paulo: Avercamp, 2007.
- VIEIRA, ALMEIDA, ALONSO, Alexandre Thomas, Maria Elisabeth Bianconcini de, Myrtes. **Gestão escolar e Tecnologias** São Paulo: Avercamp, 2003.
- SAMPAIO, J. **O que é inclusão digital**. 2001. Disponível em: <http://dbsrv01.pol.inf.br/ploserver/root/setor00/inclusaodigital/>. Acesso em 12 de junho de 2011.
- Relatório de Sistematização I – **síntese das avaliações dos experimentos PROUCA iniciais**, disponível em:



<http://www.PROUCA.gov.br/institucional/downloads/experimentos/DFsinteseAvaliacoes.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2011.

Relatório III **Estagio de Implementação do Projeto UCATOTAL**, disponível em:
http://www.uca.gov.br/institucional/downloads/Relatorio_III_Estagio_de_Implementacao_do_Projeto_UCA_TOTAL.pdf. Acesso em 18 de maio de 2011.

[http://www.uca.gov.br/institucional/downloads/Relatorio_II_Estagio_de_Implementacao_do_Projeto_UCA_TOTAL](http://www.uca.gov.br/institucional/downloads/Relatorio_II_Estagio_de_Implementacao_do_Projeto_UCA_TOTAL.pdf). Opdf. Acesso em 18 de maio de 2011.

<http://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=5385> acessado em 15 de maio de 2011.

<http://www.uca.gov.br/institucional/noticiasLei12249.jsp>. Acesso em 19 de junho de 2011.

www.uca.gov.br. Acesso em 20 de maio de 2011.

<http://blog.planalto.gov.br/nunca-antes-investir-em-inclusao-digital-para-promover-a-inclusao-social/#more-20457>. cessado em 15 de junho de 2011.